

Camille. São informações publicantes não quero dizer
de cumprir o meu papel de presidente do Conselho
Municipal, ordenador de despesa do RPPS, gestor
de recursos. Relembro as missões e tentamos da
melhor porque o CPF que tá no EABREV, Ministério
do Planejamento, o EVM sabe quem é que está quinhos
os recursos da Prefeitura. São gerentes do Ama-
riante é o meu CPF. Para preservar isso e mais que
um deca é um pacto que temos enquanto perdura
em dar transparência e tentar diminuir o peso
da responsabilidade, para serem certificados do
que tá acontecendo. Gostaria de registrar a
presença minha, presidente ou vice presidente
do Conselho Municipal de Precidência Marcia,
Alison que são representantes dos servidores ativos;
Raíssa e Aureli representante dos servidores inativa
controladora: Renato diretor-precidência, Aple-
nel, assessor jurídico; Héitor que representa a LEMA.
A presidente agradeceu a presença e participação
de todos e deu por encerrada a reunião.

Camille Elvitha Muniz

~~Camille Elvitha Muniz~~

~~Andréia de Paiva Mendes~~

Aureli Carneiro e Melo

Marcia Ferreira Lopes

Evandro Alison A. de Oliveira

Marcelo Martins de Souza

~~Marcelo Martins de Souza~~

Em 26 de abril de 2023 às 10:00 hrs e 26 minutos
depois início a Sessão Ordinária do Conselho Muni-
cipal de Precidência e hoje o tema é a apresentação
do relatório de controle interno, o relatório é
obrigatório para todas unidades gestoras, Prefe-

turas e não feito, essa apresentação é uma orientação
 da assessoria do Instituto de Previdência para a
 prestação que é uma certificação institucional do
 Ministério da Previdência, temos que atender casos
 jurídicos e um deles é que o Relatório de controle
 interno seja apresentado ao Conselho Municipal
 de Previdência. Esse relatório aborda todos os itens
 todos as áreas do Instituto de Previdência, educa-
 ção de folha, parte atuarial, investimentos, as
 ações em si, os pilares do controle interno para
 a prestação, tivemos auxílio das assessorias parti-
 cipação de todos assessorias que tem no Instituto
 de Previdência, assessoria de controle interno que
 tem um contrato de gestão, mais já pegaram
 o acumulado e nos auxiliaram na elaboração desse
 esse relatório, assessoria do COMPREV que é a
 compensação previdenciária, assessoria de investi-
 mentos e alguns outros itens foram dados que
 foram produzidos no decorrer do exercício finan-
 ceiro de 2022 que passou tanto pela diretoria
 previdenciária como pelo financeiro, quem está a
 frente da diretoria previdenciária é a Marcia e
 Renata a diretoria financeira é a Maíli e Janiele,
 contou com o trabalho de ambos. Um exemplo
 que tudo que a Marcia faz vai para o Tribunal
 de Contas vai para folha de pagamento a
 diretoria financeiro implanta, trabalho conjunto.
 O Ministério ele impõe que os RPPS que não têm
 aquilo que tem no quadro um setor de controle
 interno, uma controladoria em si como tem no
 Câmara, como existe na prefeitura e a controladoria,
 o nosso quadro é muito resumido nos estrutu-
 ramos para criar controladoria e controladoria que

são essenciais para atender os princípios que regem a administração pública, os princípios da transparência, publicidade, esta muito adotada para parte de controle interno, como no tempo controladorio, a orientação é designar um perceptor do quadro que responda pelo controladorio, a escolha foi para J. Gilardi, que ocupa o cargo de assessor jurídico do IPSCA. A escolha foi feita em virtude de que as perceptoras executam as atividades que fazem parte do controle, então não seria adequado receber uma designação para algo que a gente que pratica os atos. Está apresentando em razão do cargo que ocupa e acaba acumulando todas as responsabilidades. O Gilardi participou da elaboração e alguns ajustes dos relatórios que os assessorias mandaram foi elaborado também outras planilhas. Tratamos dos encaminhamentos do fundo de controle de administrativo e financeiro, taxa de administração que é o recurso para manutenção da unidade gestora pagamentos anuais, luz, água, salário das pessoas que trabalham aqui; e o repasse e as contribuições. A receita do Instituto de Previdência adiam das contribuições dos segurados e da contribuição patronal. A avaliação atuarial, concessão das aposentadorias, compensação previdenciária, certificado de regularidade previdenciária que é o ERP, observância dos limites de contribuições de aposentados e pensionistas, envio dos informes contábeis e fiscais, demonstrativos de informações previdenciárias e repasses, demonstrativo de informações do político de investimentos, demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos,

esses itens são analisados para emissão do
 certificado de regularidade previdenciária, ERP.
 Foi necessário abordar esse item, por que quando
 assumimos em 2021, tínhamos alguns omissoes
 que ficaram a no emissão do ERP, ficamos um
 pouco mais de 1 ano sem ERP no município em
 razão dessas pendências que foram deixadas pelo
 gestor anterior. Apraxação da política de investi-
 mentos, credenciamento das instituições, item po-
 de fundos ilíquidos, foi muito ruim, tem
 os relatórios que a LEMA está nos fornecendo e
 temos abordado alguns desses pontos em reuniões
 específicas, os anexos são todos os relatórios de
 todos os anexos e os internos que a gente
 produzio para elaborar o relatório de controle
 interno, ele trata do exercício financeiro de
 2022, período de janeiro a dezembro para o
 pró-gesta e recebiamos relatórios trimestrais e
 vamos fazer nossa apresentação e esses relatórios
 precisam ser postados no site do Instituto de
 previdência, que é uma exigência em razão do
 princípio da transparência. O encaminhamento dos
 pontos de controle e relatório foi feito focado nos
 pilares do pró-gesta e nosso objetivo é obter
 essa certificação e como se fosse uma estrelinha
 que o instituto ganha por que ele foi audi-
 tado internamente, vai ter uma equipe pra
 cá pra São Gonçalo do Amarante e nos períodos
 da unidade gestora sempre sabatinados e
 algo do nosso rotina interna, cobra um
 pouco suas obrigações no acudito que vamos
 ter dificuldades. O termo de adesão já foi
 assinado, eu e o prefeito concordamos em

submeter essa auditoria do Ministério Administrativo financeiro, previdência e aclerência das ações do pro-gesta estamos trabalhando pra isso tem várias reuniões que eu e o Gilard num primeiro momento estamos achequando a realidade, posteriormente vamos apresentar para que o conselho tenha ciência do que tá sendo elaborado e do que vamos ter que aprovar aqui. Temos ações de controle interno e novo e diferenciado; pois tem que obedecer os ees pilares que o Ministério determina. Administrativo financeiro a lei 801/04 ela trata do percentual que a gente pode utilizar para manutenção da unidade gestora, esse percentual algumas regras o Ministério alterou e fomos obrigados a alterar em maio do ano passado, foram três projetos de leis para Câmara Municipal, antes o cálculo era feito baseado nas contribuições dos ativos e inativos do ano anterior 2% das contribuições dos ativos e inativos, passou a 2,5% somente dos ativos os inativos não entram mais na base de cálculo, mas passamos para 2,5% o ano passado representou 160 e poucos mil, sobrou e nós hoje temos um investimento da sobra, por que antes não tinha legalidade para sobrar, se o dinheiro ficasse em ponto tinhamos que fazer esse depósito, agora podemos constituir fundo reserva, qual a finalidade da constituição de reserva? e a mesma da taxa de administração com a intenção de fazer uma reforma na instalação física que é própria, penso previdenciário que é uma entrevista com todos os previdados ativos e inativos e pensionistas, precisamos saber peculiaridades que influem no déficit atual, depois

da instrução é feito um banco de dados para
 ser encaminhado para o Ministério da Previdência,
 isso será como uma lista do previdenciário de João
 Gonçalo de Amarante. Já passamos a aplicar a
 taxa de 2,5% nesse exercício financeiro de 2023.
 No exercício financeiro de 2022 constituímos um
 recurso que o comitê de investimentos autorizou
 que fosse feito um investimento que foi canalizado
 ao Banco do Brasil e todo mês o que sobra
 em conta já apertar para não ficar com recurso
 parado, que não rende, que tá investido e não
 rende é um fundo que tem liquidez chamado
 D. zero, na hora que precisarmos do recurso ele tá
 disponível com a segurança que a instituição
 Banco do Brasil nos oferece. Planilha de como foi
 aplicado a taxa de administração do ano passado,
 fazer da despesa como é feita despesa pública,
 o que é contrato a gente licita dependendo do
 valor impenha, quando é prestado o serviço
 atesto a prestação; em 2022 ficamos com contratos
 de presta a pagar, pois os pagamentos são por
 ciclo, como o contrato de contabilidade é dia
 11 a 11 sempre e pago depois que fecha o ciclo.
 A conciliação da receita e despesa é tanto de
 despesa de pessoal, acessória, tecnologia e outros.
 Despesa com pessoal entre o pessoal do Instituto
 de Previdência, atuária, acessória de investimentos,
 controle, COMPREV, acessório jurídico especializado
 que temos em razão dos fundos estruturados e
 trabalho do Sr. Bruno é específico para fundos
 estruturados, DATA PREV para operacionalizar o COMPREV
 sistema de folha, sistema contábil e sistema do
 BIT que é o sistema que nos permite a fazer a

simulação dos benefícios, então ela desenvolve um trabalho tanto no nono lote, quanto simulações de benefícios, são especializadas em RPPS, sistema de folha e internet e outras como passagem aérea, tem sempre incluído a Brasília, por razões que o conselho já tem conhecimento, eventos que participamos alguns e pra despesas com diárias, ano passado teve um evento da ACEPREN e um curso de certificação, normalmente a maioria das diárias e fora do Estado uma outra exigência do ministério e que os membros se capacitem. É bom que os conselheiros se capacitem para saber o que vão aprovar. PASEP esse mês foi 38 mil reais e um cálculo que tá relacionado a arrecadação, o cálculo é feito das contribuições do segurado, patronal, empresa e 1 parcelamento que temos, nossa receita é feito um cálculo para o PASEP que é um tributo federal. No início de 2022 foi feito um repasse, tivemos serviços administrativos fixos, digitalização, publicações oficiais, o que precisa licitar, precisa pagar licitação também, o saldo para o exercício seguinte foi 36 mil, foi o que ficou de reserva da taxa de administração, e temos quase 500 mil reais inadimplido. Teve a presença desse ano, fizemos um inadimplimento. Repasses e contribuições, repasse do fundo financeiro foi R\$ 6.710.609,72 e a arrecadação do plano previdenciário, aqui tem uma seguradora de massa tem que ser aprovada por lei, quando se verificou que a previdência estava deficitária foi feito um corte para que não entrassem mais segurados naquele plano deficitário, esse corte foi em 2006, e como se tivessemos 2 previdências dentro do IPGAR quem foi admitido

apartir de 2006 entrou para o plano previdenciário. A arrecadação do plano previdenciário sempre vai ser maior do que os recursos do financeiro está se apresentando e a maior parte dele está deixando de contribuir no plano previdenciário já tem regras diferentes de aposentadoria, poucas pessoas se aposentaram a folha nem chega a 70 mil e onde estão entrando os novos concursados esse concurso de 2019, com data de admissão em 2020, entraram no plano previdenciário a nossa arrecadação do plano foi 17 milhões, R\$ 17.080,741,75, o parcelamento entra na conta do plano financeiro. Os parcelamentos que encobrem o RPPS precisam ser aprovados por lei e ser homologados pelo Ministério da Previdência, esse parcelamento é de 2014, nessa questão nós fomos auditados pelo Ministério da Previdência pois em 2020 as informações não foram enciadas para o Ministério foi em 2014 o parcelamento não foi pago a 1ª e 2ª parcela não foram quitadas, houve uma manipulação de informações, começaram a procluzir quais manuais e não se baseando em que valores, quem emite essa guia é o Ministério da Previdência, de janeiro de 2021 até a data atual todas as guias estão sendo gerados pelo Ministério da Previdência, encaminha-se para o secretário de finanças que repassa a comprovação para enciar a cada 02 meses para o Ministério da Previdência, mensalmente faz encaminhamento dos valores para o sistema de informações municipais. A avaliação atuarial de 2022 é feita no ano seguinte no Ministério, é realizada a partir dos dados do exercício anterior, fizemos a avaliação atuarial, apresentamos o Ministério mudou o

15

sistema, não estamos conseguindo postar, tem uma nota do ultimatum explicando que realmente está acontecendo isso, não estamos com pendência em razão do não início. Concessões de aposentadoria elaboradas conjuntamente, demora anos, pois só cai o processo quando o Tribunal de Contas decreta o processo homologado, quando o requerido da entrada no benefício é feita análise, decreto de concessão que é assinado tanto pelo prefeito quanto pelo presidente do RPPS em documentação e encaminhada para o Tribunal de Contas e analisado e as vezes demora 04 anos, o requerido só entra na folha quando a gente recebe uma notificação de que o processo está regular e que foi homologado fazemos uma implantação na folha, faz um decreto de atualização de valores daí os cálculos precisos são feitos e o servidor permanece ativo por que não foi homologado, ele fica afastado depois de 90 dias da entrada do requerimento dele no Instituto de Previdência, após 90 dias o processo não foi apreciado no Tribunal ele tem o direito de se afastar, existem servidores que pediram para ficar ativos até que se resolva o processo. Quando o servidor entra a manutenção do salário dele é feita interinamente até a data em que é ratificado até a data em que ele vem para o Instituto de Previdência, quando ele vem e por que ele está aposentado então ele cai para inatividade tudo que antes ele fazia no SEPLAC ele passa a fazer no Instituto. Caso alguma irregularidade ele retorne a atividade, exemplo o Tribunal certifique que não teve uma contagem de tempo correta, ou que não existe um tempo que foi

averbado. Hoje existe um sistema no Tribunal
 de contas que monitora essa acumulação ilícita de
 cargos públicos e a incompatibilidade de cargo-
 proibido, penvidor. Comissionado ele tem declaração
 exclusiva, ele não pode se vincular pois o cargo
 foraria e a disposição do administrador o efetivo
 não pode acumular aqueles cargos que a Constituição
 Federal no artigo 37 determinam médicos e profissões
 profissionais do ensino e magistério. Depois de aposen-
 tado pode assumir qualquer cargo, salvo se a
 aposentadoria não for por invalidez. O aposentado
 I é o plano financeiro, em ganho triplicado 209
 com valor de percepção em folha e pensionistas 50.
 No plano previdenciário 10 aposentados, 10 pensio-
 nistas são total 20. Fizemos um comparativo para
 evolução do novo plano para evolução do novo
 previdenciário quanto a gente dura de receber um
 controle que é feito pelo diretório financeiro mês a
 mês. A compensação previdenciária é um valor que a
 gente recebe, que a gente paga quando se penvidor
 ele acaba o tempo de serviço. Marcio chega o
 processo homologado no caso do seu pai que
 homologou o tempo, passo as informações do
 sua etc que foi expedido pelo INSS que foi aver-
 bado, faz um requerimento, passo para o am-
 plião, passo as documentações, informações necessárias,
 digitalizo e envio para ela que dá andamento
 no requerimento do penvidor até que o COMPREV
 analisa e passa a compensação família. Em ganho
 reclamamos de compensação R\$ 12.156,58 esse valor
 se repetiu até setembro, em outubro ele parou
 para R\$ 26.213,16 mas por que entrou o 7 requere-
 imentos aprovado, novembro o valor foi R\$ 180,157,

32, e dezembro RA 44.027,55. O amonovi manda os
relatórios mês a mês lançados nesses relatórios da anexo
ria do compeve o título de compensação entrou
em caixa - RA 368.901,25. O ERP ficou cálico até 12
de janeiro de 2016, quando foi emitido um extrato
estava vermelho, incálico, tempo amonovi que deu
suporte do compeve na pessoa do Amarildo, inica-
almente ele se disponibilizou e nos auxiliar, nos
tipamos como alimentor as informações nos tipos
documentos falsos para mandar para o ministério
para para fazer essas omissões para conseguir
emitir o ERP. Os critérios com pendências e primeiros
deles era o limite de contribuição dos segurados e
pensionistas, que é os 14% que foi aplicado pela
EC nº 103/2019, o prefeito nos fez, tentamos com
uma sanção e estamos trabalhando para a reforma
da previdência a ordem do prefeito e que seja feito
com maior cuidado possível não discrepante do
que a EC 103 determina, as vezes as reformas são
muito austera e acaba que compromete muito
o segurado e tem uma transição quando o
segurado foi admitido existia um regime, esse
regime acaba mudando e que aconteceu com o regime
geral e acabou penalizando muitos contribuintes
e segurados que já estavam há vários anos contribuindo
sendo a mesma foi de que o impacto seja o
mínimo possível, o desconto de contribuição e de
14%, mais o ex-prefeito entrou com uma ação
protocolado, se conseguiu uma liminar e isso ali-
ta esta com a exigibilidade suspensa em razão
de uma determinação judicial, não ERP não é
administrativo e um ERP judicial na decisão diz
que essa suspensão se refere a alíquotas, todos

os outros podem ser exigidos. Já conseguimos emitir esse ERP por que cumprimos todos os itens que estavam omitidos. Quando eu fui a Brasília foi recebida por todos os setores, eu e o Sr. Bruno em todos os setores, tínhamos problemas em todos os setores do RPPS. Todos os setores nos atenderam, perguntou se existia a possibilidade de um ERP emergencial responderam que não mais podiam auxiliar a trabalhar em conjunto para fazer o que foi preciso. Outro item que toca com problema é o equilíbrio financeiro e atuarial que era o encaminhamento do novo técnico atuarial do RRAA e dos resultados das análises. Já temos um banco de dados consistente, pois nós fizemos o plano previdenciário, já tivemos feito nosso banco de dados muito consistente, qualquer problema o atuário manda de volta o planilha exemplo são pescadores que entraram com 17 anos, teve uma divergência no banco de dados de 2019 e também deu sua pendência, a ARIMA acabou resolvendo a pendência ligou até para o atuário que fez a avaliação o época, banco de dados é complexo. O envio das informações orçamentárias, contábeis e fiscais, atualização de saldos contábeis e a informação que a prefeitura envia para secretaria do tesouro nacional não depende da gente e vai quando do algum divergência ou não e encalço fica o irregularidade. Os demonstrativos das informações previdenciárias e de repasses BPPR ele é as informações relativas o que foi pago de contribuições previdenciárias e do parcelamento do BPPR estava em atraso desde março de 2020, só tempo ganhar e fornecer ele é enviado bimestralmente. A omissão começou em março de 2020.

eu não tinha essas informações, foi feito um
auditoria pois essas informações não tinham sido
encaminhadas, nessa auditoria começamos a analisar
os documentos e tinha uma manipulação de infor-
mações no primeiro e segundo parcelas. Então o
que tinha de documentos físico divergia do que
tinha pelo encaminhado ao sistema de presta-
ção. Essas informações tem uma declaração de
veracidade que o prefeito e o ex. presidente amina-
ram como verdadeiras. Por encaminhamos a
polícia federal pois o EAPREV é um sistema de
informações federais foi aberto um inquerito Polí-
cial, tem um crime previsto no código penal e
nos estatutos com uma ação de pagamento. se
era em desacordo do ex. gestor, por que essa
omissão dele causou um prejuízo de mais de R\$
150.000.00 reais, pra regularizar a atual gestão
tudo que pagar duas parcelas corrigidas de 2014
até o início de 2022 que foi quando a gente
conseguiu fazer as constatações e aí o município
entrou com uma ação regressiva de pagamento at-
ravés por que o administrador público não pode
pagar multa o BIPR encaminhamento, lá era a
inconsistências das informações que tinham irregula-
ridades relativo a valores e o encaminhamento. Tem
tudo os dados de parcelas todas as informações a
declaração de veracidade que foi assinada e que não
era real a BIPR, a política de investimentos é
aprovada no exercício anterior para vigor no exercício
seguinte, quando recebemos o RPPS não tinha sido
aprovada política de investimentos de 2020 para
2021, paramos de 21 por política de investimentos
quando foi março de 2022 nós aprovamos a

política de investimentos para 2022 e o de 2021, o Ministério exige que a gente apóie mesmo que tardiamente, não foi eu que dei a pausa, mas teve que parar. Se fizemos em março pois a portaria do Ministério teve uma alteração ela parou a entrar em vigor no ano seguinte o prazo pra encio e alteração foi alterado, por isso só aprovamos em março. O AIR foram feitos investimentos desequilibrados, cada tipo de investimento tem um percentual que o CRM em conjunto com a Secretaria de Previdência eles fizeram uma resolução e que trata desses percentuais e que não podemos investir um percentual acima do que ele determina, esse cálculo é de acordo com o patrimônio líquido do Instituto de Previdência, hoje estamos desequilibrados pois foi feito investimento que é a longo prazo e a gente não tem como resgatar, quem está resolvendo problemas hoje é o Fontaine Ville Urbanismo ele tá com percentual o máximo que podia ter é 5% do PL e hoje ele tem quase 7% parou de 7%, conseguimos corrigir mandando mensalmente as justificativas, quando eu mando o AIR o prefeito é notificado que existe irregularidade ele é ciente disso, o pessoal do gabinete aceita, e foi explicado que todos os meses vai chegar essa notificação. Certificados de Regularidade, quando em dezembro conseguimos renovar, a aprovação da política de investimentos foi em março de 2022 foi encaminhado no prazo, hoje está tudo certo. O acompanhamento dos investimentos, o encio é mensal do AIR, com problemas relativos ao extrato do Fontaine Ville que tem como administrador a MBL, já fez uma denúncia ao Conselho Monetário Nacional. A carteira de

funções da Laís Mauá e Fontaine e Phenom, para eu ter um investimento preciso presenciar os administradores e distribuidores desses fundos e fazer credenciado no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Tem fundos que fazemos aportes mensais e ele já tá acumulando um montante e já vamos ter que fazer uma análise e ver como vamos redistribuir o recurso que tem nesse fundo, já tá muito concentrado e não é normal, o que nós é normal e se investir em algo sem avaliar riscos, sem avaliar credibilidade da Instituição, por isso que o Instituto tem uma menção. A elaboração do contrato de investimentos é feita em reuniões do Comitê e a menção que faz a análise dessas Instituições e desse portfólio de investimentos. Eu hoje sou gestor de recursos do Instituto de Previdência, no Decreto 5366/2021 quem compôs o comitê de investimentos foi eu a Gra Juliana a família e hoje quem compôs o comitê de investimentos sou eu família, família e Allison. O Peter do Banco do Brasil que cuida do setor de investimentos faz reuniões atuais e tem orientações do Conselho econômico, pois toda tomada de decisão é feita com análise, eles acompanham calendários de reuniões. O fundo itiquitos que nós tínhamos na carteira latamã, Laís Mauá, Fontaine Hill e o Phenom. Hoje temos em carteira latamã que de novembro a dezembro perdemos R\$ 2.000.000,00, os R\$ 26.000,00 é um valor contábil, não é um valor que está nos decolou, foi liquidado o Laís Mauá, Gipe, Phocles, todos foram liquidados na mesma gestão foram registrados os perdas, temos uma perda de quase R\$ 20.000.000,00, fora a rentabilidade perdida esse é o valor principal que foi

incestido, temos o Catãnio em processo de liqui-
 daco e o Fontaine Lille que esta em processo de
 liquidaco e o Pfenon todo recurso foi incestido no
 Fontaine por isso ficou desanquilhado, estamos tenta-
 ndo um acordo para recuperar pelo menos o principal
 e mais 2% + IPCA. O pro-gesta e a certificaco
 institucional de modernizaco dos regimes prprios
 da Fria, estados e municipios. As informaco esta
 sendo encaminhadas para os sigos de fiscaliza-
 co. Esse relatvrio em submeta a apreciao do Cons.
 Mpio Municipal de Previdncia para aprovaco ou
 desaprovaco dao a palacio para o Giliois que
 representa o controle interno do Municipio. Giliois...
 to assumindo essa nova empreitada, controle interno
 junto o Lamille, seniores, como trabalhar para
 fazer o melhor, sempre ta garantindo e parando
 transparncia de tudo que ocorre aqui no RPPS de
 Sao Goncalo, estou a disposico, qualquer duvida.
 Lamille... Desancando registrado de minha presenca
 Presidente do RPPS, seu lugar representa o poder legisla-
 tivo, Allison que representa os servidores ativos e
 Raicia que representa os servidores inativos nos temos
 como pro-aprovaco. Raicia agradecer pelo trabalho
 que vocs esta fazendo por mim eu aproco. Lamille
 isso que esta sendo feito, capacitaco, nova forma
 de gesto e feito para que o servidor e a sociedade
 tenha acesso a tudo que e feito no RPPS, vocs
 tenham paramentos no futuro para exigir de quem
 estta aqui ocupando esse cargo faca da mesma
 forma ou de uma forma muito melhor. A equipe
 que aqui esta, e o basico, nos temos uma serie de
 documentos que teriamos que ter para uma gesto
 eficiente nos temos codigo de etica, manual como

série de coisas que nós temos, mas estamos trabalhando, tentando diminuir, o Ministério quer profissionalizar dentro dos RPPs, não é uma unidade de gestão, como qualquer uma, aqui as pessoas precisam ter uma compreensão de que podem estar tem conhecimentos para gerir. Allison. Tenho muito satisfação em comprar o conselho aprovou. Márcio. Apoio, tá também a disposição. Márcio também apoio. Família. Como presidente também tenho meu voto e voto pela aprovação. Maria. Da perspectiva que acompanhamos seu trabalho desde que você chegou quando se fez um relatório de controle interno numa linguagem simples e acessível, com todos os dados, com todo compromisso, responsabilidade e frente do Instituto que todos foram comprometidos para chegar e que estamos dando um exemplo a ser seguido, esse compromisso com o bem maior, Estácio, como período efetivo desde 2007, quando a gente era uma coisa transparente, percebemos que isso é importante, era tratado ter alguém preocupado com meu futuro, como perspectiva, zelo, conhecimento que é necessário. Família. Agradecer em nome da equipe, tem que ter alguém pela das diretorias, mais cada um que está aqui inclusive as novas oneradas que não estão todos os dias, cada um tem sua contribuição. Quero registrar o agradecimento a LEMMA na pessoa do diretor e coordenador, Márcio, Sr. Bruno Tullio da ARIMA, Amarildo que representa o VP que nos assessorou no COMPREV; empresa que fez está nos assessorando no controle interno que nos ajudou na orientação desse relatório; Graça que representa a emissão do projeto, contabilidade na pessoa

do foad; a digitalização, todos tem a sua importância. O presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião.

Clayble Alberto Muniz
 Antônio de Faria e Faria Afonso
 Daniel de Faria Afonso
 Damiano

Evandro Allison A. de Oliveira

Aos 31 de maio de 2023 deu-se início a reunião do Conselho Municipal de Previdência, no Auditório do Secretário de Planejamento, alguns pontos como prespartalar, tem quórum, família como presidente representado o RPPS, Collison representando os pericuidos ativos, Osunir representa os pericuidos inativos e a Banca suplente, contamos com mais de três membros do Conselho, agradeceu a presença de todos e participacão. Nos próximos teremos apresentacão do relatório de controle interno, apresentacão, foi elaborado parecer, que foi assinado com a opinacão da prestacão de contas do exercício financeiro de 2022, no ano anterior nos próximos essa prática pois a orientacão não foi essa, mas foi feito esse parecer que está disponibilizado no site do Instituto de Previdência no aba governancia e o Relatório de controle Interno também que foi apresentado na ocasião está também disponível no site se alguém tiver interesse tem todas as áreas, todos os pontos desde a parte atuarial, compensacão previdenciária, investimentos, execucao orçamentário e financeira da unicidade gestora, execucao orçamentário e financeira dos beneficiários do plano financeiro e plano previdenciário a evolucao da folha de pagamento, está lá disponível. A dois meses escrevamos o Instituto de